




ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

Encaminho ao Gabinete do Deputado(a) **CLAUDIA LELIS**, o PL
nº. 404/2025, que tramita na **Comissão de Constituição, Justiça e Redação**.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2025.



RAIMUNDO ALVES GUIMARÃES

Coordenador de Assistência às Comissões

Quem recebeu

Sérgio M. Mota

Data Recebimento

24 / 10 / 25

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 427/2025

AUTOR: Deputado **LÉO BARBOSA**

ASSUNTO: Institui a “Política Estadual Renascer TO”, destinada à Prevenção, Recuperação e Reinserção Social de Pessoas com Transtornos Decorrentes do Uso de Álcool e Outras Drogas, no âmbito do Estado do Tocantins.

RELATORA: Deputada **CLAUDIA LELIS**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 427/2025, de autoria da Deputado **LÉO BARBOSA**, que “Institui a “Política Estadual Renascer TO”, destinada à Prevenção, Recuperação e Reinserção Social de Pessoas com Transtornos Decorrentes do Uso de Álcool e Outras Drogas, no âmbito do Estado do Tocantins.”

Aduz a Autora que o presente Projeto de Lei institui a Política Estadual RENASCER TO – destinada à prevenção, recuperação e reinserção social de pessoas com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Estado do Tocantins, com o propósito de estabelecer diretrizes voltadas à prevenção, ao tratamento e à reintegração social de pessoas em situação de vulnerabilidade em razão da dependência química.

Justifica que o nome RENASCER TO reflete simbolicamente a proposta desta política: oferecer uma nova oportunidade de vida, dignidade e autonomia às pessoas que enfrentam o desafio da dependência. Trata-se de uma ação orientadora, construída sob a ótica da solidariedade, da saúde mental e da cidadania, valorizando o ser humano em sua capacidade de reconstrução e superação.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

II – VOTO

Com efeito, a propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei não se encontra entre aqueles de iniciativa privativa, indicados no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, facultando a qualquer deputado apresentar projetos de leis.

A presente propositura encontra-se de acordo com a ordem constitucional e legal, atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis, bem como aos princípios da boa técnica legislativa.

Ante o exposto, e estando conforme as normas constitucionais, legais e regimentais, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº **427/2025**, na forma apresentada.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2025.



Deputada CLAUDIA LELIS

Relatora



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a)
Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Claudio Lelis
referente ao(a) Ph 1427/2025

Encaminhe-se(a) ao Comitê de Finanças Tributárias
Fiscalização e Controle

Sala das Comissões, 25 de março de 2025


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS PRESENTES	MEMBROS SUPLENTE PRESENTES
Dep. VALDEMAR JÚNIOR (X)	Dep. JORGE FREDERICO (X)
Dep. LEO BARBOSA (X)	Dep. OLYNTHO NETO (X)
Dep. CLAUDIA LELIS (X)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO (X)
Dep. GUTIERRES TORQUATO (X)	Dep. GIPÃO ()
Dep. MOISEMAR MARINHO (X)	Dep. MARCUS MARCELO ()



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

Nomeio Relator o Senhor Deputado,.....*Guipê*.....
referente ao(a).....*P.L. nº 427/2025*.....na **Comissão de Finanças,
Tributação, Fiscalização e Controle.**

Sala das Comissões,*25*.....de.....*novembro*.....de 2025.

Deputado OLYNTHO NETO
Presidente da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.